

Nível de Alfabetização Financeira dos Servidores Públicos Estaduais de Minas Gerais

Carolina Gonçalves Vicente (FACES/UFU)

carolina.vicente@ufu.br

Profa. Dra. Jussara Goulart da Silva (FACES/UFU)

jussara.goulart@ufu.br

Resumo

O presente estudo buscou verificar o nível de conhecimento da educação financeira e a atitude financeira dos servidores públicos estaduais, que atuam diretamente em quatro escolas estaduais, de uma cidade do Triângulo Mineiro, e seus determinantes. Através da pesquisa quantitativa, foram aplicados 201 questionários, baseado nos estudos de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007) com adaptações para a pesquisa. Foram feitas análises dos dados através da estatística descritiva, com análise da média, frequência, desvio padrão e percentual. Os resultados enfatizaram que o nível de conhecimento financeiro é baixo diante dos construtos analisados, já as questões do comportamento e atitude financeira não são influenciadas pela alfabetização financeira. Considerando que a amostra apresenta baixo nível de educação financeira, porém o comportamento e atitude está em um nível mais elevado.

Palavras-chave: Educação Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude Financeira.

1 Introdução

A população brasileira, encontra-se em um cenário inerente quando se fala sobre a administração das próprias finanças pessoais e está tendo que lidar ao mesmo tempo, com a mudança da realidade econômica, o aumento da complexidade dos ativos financeiros, o crescente prazos e juros, e conseqüentemente isso gera um aumento da própria responsabilidade, na gestão de suas finanças (DONADIO, 2014).

Huston (2010) caracteriza a alfabetização financeira como um parâmetro para que o indivíduo possa compreender e utilizar informações referentes às finanças pessoais. Diante disso, a alfabetização financeira engloba a aptidão e a segurança de um indivíduo em utilizar seu conhecimento financeiro para tomar medidas financeiras.

Segundo Atkinson e Messy (2011), é imprescindível avaliar o grau de conhecimento e percepção sobre as finanças da população, sendo capaz de constatar quais elementos precisam de melhorias. Sobretudo, é significativo detectar quais nichos populacionais apontam mais dificuldades, devendo se dar uma atenção maior. Indivíduos com menor índice de alfabetização financeira têm uma grande objeção em controlar suas economias e tomar decisões financeiras de maneira assertiva, o que acaba resultando na inadimplência generalizada das famílias.

Devido ao grande impacto da COVID-19 na economia brasileira, a incerteza sobre o cenário econômico se espalhava, investimento de bens e serviços foram prorrogados e até mesmo suspensos. A redução do comércio provocou um desencadeamento na economia pela diminuição da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e redução da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

A pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) destaca que os percentuais de endividados e inadimplentes são os maiores em 12 anos, a pesquisa realizada em março de 2022, foi possível constatar que 77,7% são indivíduos que contraíram dívidas, 28,6% que estão com contas em atrasos e 10,9% que manifestaram não ter condições de pagar suas contas. O relatório da pesquisa menciona que o principal motivo das dívidas é com relação ao cartão de crédito, sendo 88,8% da população endividadas, o que nos mostra que são diversos fatores envolvidos que afeta ao não cumprimento das contas.

De acordo com a pesquisa feita pelo Serasa Experian em 2022, cerca de 6,3 milhões de mineiros em geral estão endividados, o que representa o maior número em três anos. Dados mostram que mais da metade das dívidas são devidas as despesas diárias, como água, luz e cartão de crédito.

Segundo o Estado de Minas, em meados de janeiro de 2016 os servidores públicos estaduais de Minas Gerais foram avisados que no próximo mês o salário seria escalonado, de acordo com ganho chegou a ser parcelado o salário em duas vezes e até três vezes dependendo dos casos. No início, a previsão era que os salários fossem divididos por apenas 90 dias, mas somente em agosto de 2021 todo o funcionalismo voltou a receber integralmente. Já no ano de 2018, governo não informou e não foi pago o 13º salário dos servidores, também deixando de honrar compromissos, firmados com bancos e outros órgãos.

A dívida do Estado de Minas Gerais chegou a 152,15 bilhões, segundo dados da equipe do governador Romeu Zema, caso não tenha adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o estado terá de pagar 4,8 bilhões ao governo federal de julho a dezembro deste ano.

A justificativa que baseia este trabalho é uma tentativa de compreender a relação entre os consumidores e o conhecimento com relação a educação financeira. Tendo visto que não há evidências anteriores que correlaciona a questão com servidores públicos estaduais de Minas Gerais. Trata-se de tema de estudo relativamente comum em países de economia mais desenvolvida. Frente ao exposto, em busca de averiguar o nível de conhecimento da educação financeira dos servidores públicos estaduais, aventou-se a seguinte questão que norteia o

desenvolvimento desta pesquisa: Qual o nível de alfabetização dos servidores públicos estaduais, de uma cidade do Triângulo Mineiro?

Com o intuito de responder à questão apresentada, o objetivo desta pesquisa é verificar o nível de conhecimento da educação financeira e a atitude financeira dos servidores públicos estaduais, que atuam diretamente em quatro escolas estaduais, de uma cidade do Triângulo Mineiro, e seus determinantes.

Para tanto, (1) buscará detectar o grau do nível de conhecimento sendo básico ou avançado, (2) identificar a atitude financeira e (3) medir o consumo excessivo.

Segundo Di Pietro (2003), a definição do servidor público é para intitular, os indivíduos que exercem trabalho ao Estado e às organizações da Administração Indireta, com relação empregatícia e por meio de remuneração paga através dos cofres públicos. A prestação do serviço público é uma das mais significativas atividades de uma sociedade. Todos os países, estados ou municípios não atuam sem uma equipe de servidores públicos, responsáveis pelos variados serviços dispostos ao cidadão. O comprometimento do servidor público é muito alto, o que leva a ser privilégio por tratar-se de um agente de mudança do Estado. Portanto, a importância da pesquisa se dá ao fato da experiência ligada ao planejamento financeiro e amostra ser com servidores públicos.

2 Referencial teórico

A fundamentação teórica está estruturada em três partes: primeiramente abordando sobre a educação financeira, logo após, referindo-se sobre o conhecimento financeiro de modo geral e por fim, abrangendo sobre atitude financeira.

2.1 Educação financeira

No Brasil, a educação financeira está presente em todas as esferas e é um fator bastante alarmante, levando em conta que é um país com elevada instabilidade de renda, sendo assim, são fundamentais indicadores como conhecimento, comportamento e atitude. Diante disso, é fundamental que sejam instalados parâmetros que abranjam instituições públicas, privadas e as escolas, a fim de desenvolver o conhecimento financeiro dos indivíduos (SAVOIA et al., 2007).

A educação financeira começa pelo entendimento da importância do dinheiro ao decorrer do tempo e não acaba nunca, visto que os indivíduos a todo momento podem acrescentar alguma atitude que as eduquem financeiramente, ou por vivência própria ou por vivências com os outros (PEREIRA, 2001; NAIDA; MARQUES, 2010; FAVERI et al, 2012).

Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) levou-se em consideração que na medida em que o mercado financeiro se aprimora cada vez mais, as famílias constituem mais compromisso e risco por decisões financeiras, principalmente no âmbito da previdência, diante disso é necessário ter indivíduos financeiramente educados para garantir níveis capazes de gerar garantia para o investidor e consumidor, bem como o bom desempenho não apenas do mercado financeiro, mas também da economia.

Cerbasi (2004) recomenda diversas atividades consideradas primordiais para manter as finanças alinhadas, sendo algumas delas como o controle das despesas, organização das metas, planejamento dos investimentos e administração da renda.

De acordo com Greenspan (2005), a educação financeira é definida como uma soma de informações que ajuda os indivíduos a administrar sua própria renda, suas despesas, empréstimos, sua poupança e seus investimentos a curto e a longo prazo.

A educação financeira e o endividamento constituem uma ligação, pois a educação financeira direciona os indivíduos a consumir os produtos e serviços financeiros de maneira apropriada, diminuindo a inadimplência de compromissos com terceiros (PINHEIRO, 2008).

A educação financeira, por sua vez, é uma técnica de interferência atribuída a elevar o capital humano do indivíduo, referente ao conhecimento financeiro ou à sua aplicação (Huston, 2010).

Em 22 de dezembro de 2010, através do Decreto nº 7.397, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que objetiva proporcionar a educação financeira e previdenciária do país, conscientizando o indivíduo a administrar seus recursos (BCB, 2010).

A Educação Financeira possibilita um grande desenvolvimento do mercado financeiro e bem-estar financeiro, sendo este um ganho pessoal, uma vez que os indivíduos alfabetizados financeiramente estão prontos para usufruir das possibilidades que surgem no mercado, sendo capazes de entender a hora de investir ou poupar. A alfabetização financeira ultrapassa os aspectos básicos que engloba a definição de educação financeira, a OECD (2013) retrata a alfabetização financeira como uma combinação de elementos para tomada de decisões concretas que atinjam a segurança individual financeira, essa combinação envolve: consciência, entendimento, capacidade, atitude e conduta. Sendo assim, a alfabetização financeira se firma em três pilares: (1) conhecimento, é um tipo característico de capital humano obtido pelo aprendizado ao longo da vida sobre como gerenciar de forma eficiente receitas versus despesas e poupanças ; (2) comportamento é visto como o mais significativo resultados favoráveis que advém do comportamento do consumidor que pretende conscientemente ou oposto como uso exagerado de crédito; e (3) atitude, esta é descrita pela crenças econômicas e não econômicas sobre a consequência da conduta pessoal.

No Brasil foi constituído em 2012 o Indicador de Educação Financeira - INDEF, elaborado e calculado pelo IBOPE Inteligência em parceria com a Serasa Consumidor. Os primeiros resultados apresentados vieram no ano de 2013. O objetivo por trás desta informação é compreender melhor os níveis de conhecimento financeiro da população, seus hábitos de consumo e suas necessidades financeiras, traçando estratégias que visam aprimorar a relação dos indivíduos com o dinheiro (INDEF, 2014).

Lusardi e Mitchell (2013) relatam que a educação financeira é o conhecimento em organizar as informações financeiras ou econômicas para tomar medidas relacionadas ao o planejamento financeiro, gastos e a poupança. Segundo Borges (2014) o propósito verdadeiro da educação financeira é elaborar um pensamento correto e favorável com relação a boa utilização do dinheiro na obtenção de bens e serviços, e ajudar tomar medidas de investimentos.

Conforme Vargas (2015) é fundamental que a educação financeira ocorra desde a infância de forma que no futuro se torne um bom administrador, capaz de gerenciar de forma correta todos os recursos financeiros disponíveis diante dos gastos, e, dessa forma, possa exercer, ajudar e conseqüentemente impossibilitando o endividamento individual e dos seus familiares. Opletalová (2015) declara que a necessidade de espalhar o conhecimento sobre educação financeira está relacionada com o aumento contínuo que o índice de endividamentos pessoais e familiares vem sendo apontado.

A falta de iniciativas de educação financeira que aspiram o consumo consciente e o planejamento para o futuro é um aspecto que colabora para essa realidade (RIBEIRO, 2016). A ausência de conhecimento financeiro impossibilita os indivíduos de adotarem atitudes que melhorariam sua segurança financeira (OECD, 2016). Para Ribeiro (2016) o incentivo a compra e a alcançabilidade do crédito cresce o gasto descontrolado, sendo causas alarmantes visto que a gestão financeira pessoal é posta em segundo plano nesses casos. Conseqüentemente, os indivíduos acabam endividados.

Para Lucion (2005) e Cavalcante et.al (2016) a execução de um planejamento financeiro eficaz torna a vivência do dia-a-dia mais serena, possibilitando a execução de objetivos futuros e diminuindo as consequências financeiras do imprevisto. E o não cumprimento ou até mesmo a execução inadequada do planejamento financeiro, segundo Trindade, Righi e Vieira (2012)

faz com que os compradores se tornem dependentes o tempo todo de propagandas “pesadas” realizadas pelo mercado.

Cavalcante et.al (2016) reforça com a explicação dos dados em dizer que, em vez do indivíduo brasileiro ser disciplinado para raciocinar sobre dinheiro de forma responsável e saber como as alternativas de investimento mais lucrativa que a poupança, ele compreende o dinheiro como algo que deve ser gasto de imediato, sem cumprir um planejamento financeiro.

A definição de educação financeira compreende:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Segundo Serasa Experian um estudo realizado em conjunto com o IBOPE Inteligência e o Instituto Paulo Montenegro, apresenta que a maior escolarização não quer dizer, necessariamente, mais educação financeira entre os brasileiros de todas as faixas etárias e sociais. A análise que transpôs pela primeira vez as informações obtidas do Indicador Nacional de Educação Financeira (INDEF), da Serasa Experian, e do Indicador de Alfabetismo Funcional (INDAF), desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a ação educativa, aponta que as diversas experiências e circunstâncias passadas ao longo da vida têm maior impacto na atitude e no comportamento do consumidor ao tratar das finanças. O estudo está relacionado as ações da Serasa Experian na 6ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Com resultado da junção dos índices podemos desmistificar o pensamento de que apenas a educação formal é capaz de melhorar a educação financeira do país. É necessário contar com projetos que considerem e conjuguem as experiências práticas e as decisões financeiras com a teoria aprendida nos bancos escolares, uma vez que detectamos passar por essas conjunturas acrescenta mais as dimensões de Atitude e Comportamento do INDEF do que o comum entendimento das operações matemática.

Enquanto os índices de educação financeira e alfabetismo funcional aumentam juntos, de acordo com a elevação da renda, o estudo demonstrou que o comportamento financeiro dos brasileiros com renda acima de cinco salários mínimos não é melhor do que os dos demais brasileiros. Nesta proporção, o INDEF se mantém controlado a partir de dois salários mínimos e não segue a evolução do INAF, o que mostra que, mesmo possuindo um maior nível de alfabetismo, isso não necessariamente atinge na educação financeira do indivíduo.

O endividamento está relacionado a ação de adquirir dívidas e não exhibe necessariamente um péssimo cenário. Segundo dados de uma pesquisa divulgada em janeiro de 2022 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), uma média de 76,3% das famílias brasileiras estão endividadas, 26,2 % estão com dívidas ou contas atrasadas e 10% estão inadimplentes. Segundo a pesquisa as famílias utilizaram mais ao crédito para manter o consumo.

De acordo com Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) juntamente com Nathalia Arcuri em novembro de 2019 foi disposto aos indivíduos um curso online de educação financeira para servidores públicos, tendo por objetivo de ensinar planejamento financeiro e de investimentos a servidores públicos. Com isso, possibilitando os servidores públicos de ter uma vida financeira saudável.

2 2 Conhecimento financeiro

Para melhor entendimento do conhecimento financeiro, de início é fundamental compreender a definição de Letramento Financeiro. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005), o letramento financeiro, ou alfabetização financeira engloba três dimensões: o conhecimento financeiro nos traz o entendimento das definições e riscos financeiros; a atitude financeira engloba a motivação e a confiança para se colocar em prática o conhecimento financeiro; e por fim, o comportamento financeiro que leva a tomadas de decisões eficientes em diversos cenários financeiros. Assim, entende-se que o Conhecimento Financeiro é uma das áreas do letramento financeiro, que compreende uma maneira de aprendizagem para aprimorar e intensificar os conhecimentos, fazendo com que os indivíduos estejam aptos para administrar de forma eficaz seus recursos financeiros a fim de tomarem decisões responsáveis em relação aos recursos disponíveis e, conseqüentemente, aprimorar as práticas orçamentárias objetivando o presente sem deixar de planejar o futuro (VERDINELLI; LIZOTE; OLIVARES, 2014).

O conhecimento financeiro é estabelecido por Grable e Joo (2006) como o componente de bem-estar financeiro pessoal e, abrange a satisfação financeira, o comportamento financeiro e as atitudes financeiras. Para Atkinson e Messy (2012), o conhecimento financeiro é fundamental para determinar se o indivíduo não é analfabeto financeiramente, incluindo questões como: taxa de juros, juros simples e compostos, inflação, risco e retorno sobre um investimento. O nível de conhecimento financeiro é adquirido ao decorrer da vida do indivíduo através da aprendizagem de assuntos que atingem a eficiência do controle de despesa familiar, como gerenciar receitas, gastos e poupança de forma satisfatória (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008)

O conhecimento financeiro é uma medida da alfabetização financeira, que revela o entendimento do indivíduo sobre definições financeiras essenciais (REMUND, 2010).

Diariamente, os indivíduos tomam decisões que necessitam de algum conhecimento financeiro, tais como decidir por pagar à vista ou parcelar o pagamento sob determinada taxa de juros, analisar a melhor alternativa entre alugar ou comprar um imóvel ou mesmo definir um produto de investimento adequado aos seus objetivos de curto, médio e longo prazo. Nos últimos anos, a literatura acadêmica sobre o tema vem crescendo, insistem, no entanto, com definições conceituais e operacionais diferentes para os aspectos da alfabetização financeira, conhecimento financeiro e educação financeira (HUSTON, 2010; KNOLL & HOUTS, 2012; FERNANDES et al., 2014).

O conhecimento financeiro é o objetivo principal da educação financeira, enquanto que a alfabetização financeira engloba o conhecimento, o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos (POTRICH et al., 2014).

O conhecimento financeiro se torna um fator imprescindível para uma vida próspera, está ligado a questões sobre inflação, taxa de juros, valor do dinheiro no tempo, risco, retorno, diversificação, mercado de ações, crédito e títulos públicos Potrich et al. (2014). Por outro lado, a falta do mesmo pode gerar conseqüências como o analfabetismo financeiro que é um obstáculo para a inclusão financeira, bem como para tomadas de decisão assertivas e, infelizmente, grande parte dos indivíduos estão vivendo essa realidade. Indivíduos com maior conhecimento financeiro estão mais propícios a permanecer tendo uma gestão de fluxo de caixa, a poupar e a investir do que as que não tem tamanho conhecimento.

2 3 Atitude financeira

Atitudes financeiras são determinadas pelo meio de crenças econômicas e não econômicas praticadas por um tomador de decisão em relação ao resultado de um determinado comportamento e são, portanto, um fator primordial no processo de tomada de decisão pessoal

(AJZEN, 1991). Shockey (2002) define atitude como sendo a junção de ideias, conceitos e emoções sobre os estudos que geram a propensão em responder de forma satisfatória. Diante disso, o progresso de atitudes pode ser a consequência da vivência direta de um indivíduo, devido ao desenvolvimento ou disciplina ao conteúdo (DE HOUWER; THOMAS; BAEYENS, 2001; FAZIO; EISER; SHOOK, 2004; WINKIELMAN et al., 2006). Calamato (2010) afirma que os grupos de trabalho também podem influenciar nas atitudes e nos comportamentos financeiros, tendo em vista que as pessoas com renda regular dispõem de melhores cenários de organização e planejamento da sua vida financeira como um todo.

A atitude financeira é referida como um determinante da dívida, pois devido às práticas saudáveis de gestão financeira, como a elaboração de orçamentos, o pagamento em dia dos compromissos financeiros, o ato de poupar e a gestão do gasto no cartão de crédito. Essas atitudes são recursos para as pessoas manterem o controle sobre suas receitas e despesas, a fim de aperfeiçoar a situação das finanças pessoais, evitando o ciclo de gastos excessivos e a consequente dívida (PHAM, YAP e DOWLING, 2012).

Para o QFinance (2013) as atitudes financeiras formam um sentimento, emoção ou opinião, podendo ser instantâneo ou evoluir para uma colocação frequente que influencia a longo prazo o comportamento do indivíduo.

As atitudes financeiras são baseadas através de valores e princípios, podendo ser econômicos ou não econômicos, em consequência, gerando resultado de um determinado comportamento. Como destaca Qfinance (2017), as atitudes financeiras descrevem a ligação com a emoção e a opinião, podendo ser essa uma ligação de momento ou permanecer em uma colocação que influenciará o comportamento do indivíduo no longo prazo.

As atitudes investigadas no presente estudo, foram relacionadas a maneira como se administra o próprio dinheiro, decisões sobre dinheiro, importância de metas para o futuro e planejamento de gasto. Questões essas com base nas escalas de Shockey (2002) e da OECD (2013), cuja qual procurou identificar o entendimento do indivíduo com relação a própria gestão financeira.

3 Metodologia

Esta pesquisa teve como objetivo verificar o nível de conhecimento da educação financeira e a atitude financeira dos servidores públicos estaduais, que atuam diretamente em quatro escolas estaduais, de uma cidade do Triângulo Mineiro. Para tanto, buscou-se detectar o grau do nível de conhecimento sendo básico ou avançado, identificou-se a atitude financeira e mediu-se o consumo excessivo.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa, sendo a amostragem não probabilística e a amostra por conveniência, realizadas com servidores estaduais de uma cidade do Triângulo Mineiro (MALHOTRA, 2006). Hair Júnior *et al.* (2009) relatam que uma amostra não deve ter quantidade menor a 50 observações, sendo recomendável um número maior que 100 observações para o alcance de resultados relevantes.

Para esse trabalho, primeiramente apresentou-se um levantamento nas quatro escolas estaduais que resultou no banco de dados sobre o número de servidores efetivos e contratados assíduos, chegando a um número total de 421 servidores, sendo 106 efetivos e 315 contratados. O cálculo da amostra foi realizado através da calculadora amostral Survey Monkey baseado na população total que é de 421 servidores públicos estaduais e que resultou em 202 observações, a qual será feita nas quatro escolas definidas, considerando uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%.

Inicialmente aplicou-se um pré-teste com uma instituição, sendo 5 observações. A coleta de dados ocorreu com a pesquisadora abordando os participantes da pesquisa presencialmente

na própria instituição. O questionário é composto com 59 questões de autopreenchimento, baseado nos estudos de Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007). O primeiro bloco contém 9 questões relacionadas ao perfil demográfico e socioeconômico dos respondentes; o segundo bloco contendo 10 questões relacionadas à conhecimento financeiro, as quais utilizou-se um modelo proposto por Potrich et al. (2014) que contempla os três pilares sugeridos pela OECD (2013), sendo estes focado em fatores de conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira respectivamente. O quarto bloco contém 30 questões de comportamento e atitude financeira também relacionados a escala OECD. O quinto e o sexto bloco ambos com 5 questões sobre consciência de preço e 5 questões propensão à compra respectivamente.

Para a aplicação deste questionário, decidiu-se pela escala Likert de 7 pontos, devido a mesma ser a mais indicada, para pesquisas auto aplicadas (HAIR *et al.* 2010). Dentre as vantagens sobre a utilização da escala Likert de 7 pontos, onde 1 é Discordo Totalmente e 7 Concordo Totalmente, estão: melhor discriminação das variáveis; ganho de consistência interna e da confiabilidade; boa discriminação de covariância e melhor ajuste a estatísticas multivariadas (Dalmoro e Vieira, 2014; Silva Júnior e Costa, 2014).

Em relação a técnica de análise de dados foi aplicada primeiramente a estatística descritiva, com análise da média, frequência, desvio padrão e percentual. Os testes estatísticos foram realizados com o auxílio dos softwares estatísticos SPSS versão 20.0. Segundo Hair Júnior *et al.* (2009), com esse tipo de análise foi possível obter informações sobre o número de fatores significativos para melhor descrever os dados e se esses fatores serão relacionados.

3 1 Questionário

Para analisar o nível de conhecimento financeiro, atitude financeira e a atitude frente ao consumo será utilizado o questionário de acordo com os estudos Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007), adaptado para a presente pesquisa.

O primeiro bloco é sobre o perfil da amostra contendo nove questões abordando as características e as questões socioeconômicos. Já o segundo o bloco é a escala do conhecimento financeiro com dez questões, as quais foram utilizadas um modelo proposto por Potrich et al. (2014) que engloba os três pilares sugeridos pela OECD (2013), sendo estes focados em pontos de conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. O terceiro e o quarto bloco é a escala OECD de comportamento e atitude financeira contendo trinta questões ao total. O quinto e o sexto bloco cada um contém cinco questões relacionadas a consciência de preço e propensão à compra.

O primeiro bloco é sobre o perfil da amostra contendo nove questões que abrange as características e as questões socioeconômicos.

Já o segundo o bloco é a escala do conhecimento financeiro com dez questões, as quais serão utilizadas um modelo proposto por Potrich et al. (2014) que engloba os três pilares sugeridos pela OECD (2013), sendo estes focados em pontos de conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. O foco é avaliar o conhecimento financeiro do servidor público sobre as perguntas de taxa de juros, valor do dinheiro em determinado período, dentre outros fatores, sendo elas questões de múltipla escolha adaptadas de Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011), OECD (2013), Klapper, Lusardi e Panos (2013) e pela National Financial Capability Study (NFCS, 2013). A escala a ser utilizada é a Likert de 7 pontos, onde 1 é Discordo Totalmente e 7 Concordo Totalmente. O terceiro bloco sobre comportamento financeiro, é proposto de acordo com as capacidades propostas por Shockey (2002), O'Neill e Xiao (2012) e pela OECD (2013), busca avaliar o nível de comportamento financeiro do indivíduo. A escala utilizada é a Likert de 7 pontos, onde 1 é Discordo Totalmente e 7 Concordo Totalmente.

Os itens do quarto bloco é referente a atitude financeira dos indivíduos, feito com base nas escalas de Shockey (2002) e da OECD (2013), buscou detectar a percepção do próprio indivíduo com relação a sua gestão financeira. A escala a ser utilizada é a Likert de 7 pontos, onde 1 é Discordo Totalmente e 7 Concordo Totalmente.

O quinto e o sexto bloco cada um contém cinco questões relacionadas a consciência de preço e propensão à compra. Para captar o nível de consciência de preço e propensão à compra foi utilizado o modelo de Lichtenstein et al. (1993), adaptado para um estudo sobre a consciência de preço e propensão à compra na percepção de preço dos compradores. A escala a utilizada é a Likert de 7 pontos, onde 1 é Discordo Totalmente e 7 Concordo Totalmente.

4 Análise de Dados

Foram distribuídos 202 questionários aos servidores da amostra selecionada. Os questionários foram aplicados de forma presencial. Deste total foram validadas 201 respostas.

4.1 Perfil da amostra

Ao averiguar o perfil demográfico e socioeconômico, nota-se quanto ao perfil dos respondentes que a variável gênero feminino alcançou sua maioria, sendo 82,1%, e 17,9% gênero masculino.

Com relação ao estado civil a maioria são casados representando 69,2%, idade predominante foi de 38 a 48 anos, sendo 39,3% dado o público estudado como um todo. Além disso, verificou-se que 59,7% possuem dependentes, com apenas 1 dependente 20,4%, com 2 dependentes 23,9%, com 3 dependentes 14,9% e com 4 ou mais dependentes 0,5%, os demais não possuem dependentes 40,3%.

Ao ser abordado quanto ao nível de escolaridade, com relação a constância denomina-se com um nível de escolaridade de ensino superior completo 27,9%, sendo 17,9% pós-graduação ou MBA e 16,4% possuem ensino médio completo (TABELA 1).

Nota-se com relação a renda dos respondentes que maioria recebem entre 1,5 a 2 salários mínimos 25,4%, posteriormente de 1 a 1,5 salários mínimos 23,9%. Com relação a questão ao tempo de trabalho em sua maior parte tem 9 anos ou mais representando 28,9%, seguido 23,9% de 6 anos a 9 anos e a profissão que mais predominou na pesquisa foram os professores.

Campbell (2006) e Lusardi e Mitchell (2007) demonstram com sua pesquisa ao correlaciona o salário com o baixo nível de educação financeira, sendo inversamente proporcionais, ou seja, quanto menor o salário recebido pelo indivíduo, maior é a possibilidade do mesmo não ter alfabetização financeira.

Tabela 1: Perfil da amostra

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	36	17,9%
	Feminino	165	82,1%
Estado Civil	Solteiro(a)	29	14,4%
	Casado(a) / União Estável	139	69,2%
	Separado(a) / Divorciado(a)	32	15,9%
	Viúvo(a)	1	0,5%
	Ensino Fundamental completo	8	4%
	Ensino Fundamental incompleto	13	6,5%

Escolaridade	Ensino Médio Completo	33	16,4%
	Ensino Superior incompleto	20	10%
	Ensino Superior	56	27,9%
	Curso Técnico	19	9,5%
	Especialização ou MBA	16	8%
	Pós-Graduação	36	17,9%
Renda	R\$ 1212,00	35	17,4%
	De R\$1212,00 a R\$1818,00	48	23,9%
	De R\$1818,00 a R\$2424,00	51	25,4%
	De R\$2424,00 a R\$3636,00	28	13,9%
	De R\$3636,00 a R\$4848,00	21	10,4%
	Acima de R\$4848,00	18	9%
Dependentes	Sim	120	59,7%
	Não	81	40,3%
Quantidade de Dependentes	Não tenho dependentes.	81	40,3%
	Apenas 1 dependente	41	20,4%
	Apenas 2 dependentes	48	23,9%
	Apenas 3 dependentes	30	14,9%
	4 ou mais dependentes	1	0,5%
Faixa Etária	Idade média = 38 a 48 anos		
Tempo de Trabalho	1 mês a 12 meses	11	5,5%
	1 ano a 3 anos	37	18,4%
	3 anos a 6 anos	47	23,4%
	6 anos a 9 anos	48	23,9%
	9 anos ou mais	58	28,9%
Profissão predominante	Professor(a)		

4 2 Escala do Conhecimento Básico e Avançado

O primeiro construto abordado é o de avaliar a alfabetização financeira do conhecimento financeiro básico e avançado, que foi adaptado do conjunto de questões de múltiplas escolhas do estudo Potrich (2014), OECD (2013).

O primeiro conjunto das questões estão envolvidos o conhecimento básico com quatro perguntas com o objetivo de detectar os conhecimentos financeiros básicos, e o segundo conjunto estão as perguntas de conhecimento avançado abrangendo seis perguntas, com o objetivo de analisar o conhecimento com os recursos financeiros avançados.

Primeiramente, para melhor entendimento dos dados, considerou-se a classificação estabelecida por Chen e Volpe (1988), onde os parâmetros aplicados são baixo nível de conhecimento financeiro (inferior a 60%), nível médio (entre 60% e 79%) e alto nível de conhecimento (acima de 80%). Na Tabela 2, estão evidenciadas as questões, a frequência e percentual das respostas, bem como as certas e erradas.

É possível identificar que no primeiro construto que as questões de conhecimento financeiro básico, os respondentes tiveram um baixo nível de conhecimento financeiro, ou seja, (pontuação inferior a 60%).

Consequentemente na Tabela 3, exibe o segundo construto com as questões de conhecimento financeiro avançado, onde os respondentes mostraram um baixo nível de conhecimento financeiro (inferior a 60%) em cinco questões e apenas uma questão que tratava de aplicação financeira relacionada a títulos por um longo período de tempo obteve nível médio (entre 60% e 79%).

Comprovou-se que o nível de entendimento dos respondentes é baixo com relação ao conhecimento financeiro, seja ele básico e avançado.

Tabela 2: Escala do construto CONHECIMENTO FINANCEIRO.

Fator	Questões	Alternativas	N	%
CONHECIMENTO FINANCEIRO BÁSICO	Suponha que você tenha R\$ 100 em uma conta de poupança a uma taxa de juros de 5% ao ano. Após 5 anos, quanto você acha que você teria na conta se você nunca retira-se o dinheiro?	* Mais do que R\$ 105,00	114	56,7%
		Menos que R\$ 105,00.	21	10,4%
		Exatamente R\$ 105,00.	29	14,4%
		Não sei.	37	18,5%
	Imagine que a taxa de juros em sua conta poupança foi de 6% ao ano e a inflação foi de 10% ao ano. Depois de 1 ano, quanto você seria capaz de comprar com o dinheiro nesta conta?	Mais do que R\$ 106,00.	18	9%
		*Menos que R\$ 106,00.	90	44,8%
		Exatamente R\$ 106,00.	41	20,4%
		Não sei	52	25,8%
	Suponha que, um amigo herde R\$ 50.000 hoje e seu irmão herde R\$ 50.000 daqui a 3 anos. Quem é mais rico por causa da herança?	*O amigo.	52	25,9%
		Serão ricos iguais.	52	25,9%
		O Irmão.	49	24,4%
		Não sei.	48	23,8%
	Suponha-se que no ano de 2018, sua renda triplicou e os preços de todos os bens de consumo triplicaram também. Dentro 2018, o quanto você será capaz de comprar com sua renda?	Mais do que hoje.	26	12,9%
		Menor do que hoje.	41	20,4%
		*Exatamente o mesmo.	90	44,8%
		Não sei.	44	21,9%

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 3: Frequência e percentual válido na escala do construto CONHECIMENTO FINANCEIRO AVANÇADO.

Fator	Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
CONHECIMENTO FINANCEIRO AVANÇADO	Qual das seguintes afirmações é correta? Se alguém compra o estoque da empresa B no mercado de ações.	Ele é dono de uma parte da empresa B.	52	25,9%
		Ele tem dinheiro emprestado para empresa B.	40	19,9%
		Ele é responsável por dívidas da empresa B.	34	16,9%
		*Nenhuma das alternativas.	75	37,3%
	Qual das seguintes afirmações descreve a função principal do mercado de ações?	O mercado de ações ajuda a prever rendimentos das ações.	27	13,4%
		Os resultados do mercado de ações e um aumento no preço das ações	35	17,4%
		*O mercado de ações traz pessoas que querem comprar ações em conjunto com aqueles que querem vender ações.	88	43,8%
		Não sei.	51	25,4%
	Considerando-se um longo período de tempo (por exemplo 20 ou 30 anos), qual ativo, normalmente, oferece o maior retorno?	Poupança.	34	16,9%
		Títulos Públicos.	48	23,9%
		*Ações.	86	42,8%
		Não sei.	33	16,4%
	Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?	Poupança.	32	15,9%
		Títulos Públicos.	45	22,4%
		*Ações.	86	42,8%
		Não sei.	38	18,9%
	Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro?	Aumenta.	56	27,9%
		Inalterado.	30	14,9%
		*Diminui.	75	37,3%
		Não sei.	40	19,9%
Se você comprar um título de 10 anos, isso significa que você não pode vendê-lo depois de 5 anos sem incorrer em uma penalidade maior.	*Verdadeiro	121	60,2%	
	Falso	80	39,8%	

Fonte: Dados da pesquisa

4 3 Estatística descritiva das escalas

No presente estudo, conforme já citado, foi utilizada a escala de Likert de 7 pontos, onde 1 é Discordo Totalmente e 7 Concordo Totalmente. Outras escalas utilizadas para mensuração da alfabetização financeira foram as escalas de comportamento e atitude financeira. A escala do construto de comportamento financeiro possui 20 questões do tipo Likert 7 pontos (1- discordo totalmente e 7- concordo totalmente), quanto maior a frequência nas afirmações mais eficaz é o comportamento no comando das finanças. Os resultados referentes aos construtos podem ser vistos nas Tabela 4.

Tabela 4: Estatística descritiva do construto COMPORTAMENTO FINANCEIRO

Variáveis	Média	Desvio Padrão
1. Preocupa-se em gerenciar melhor o seu dinheiro	5,78	1,825
2. Anota e controla os seus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais, caderno de anotações financeiras etc.)	5,45	1,897
3. Estabelece metas financeiras que influenciam na administração de suas finanças? (ex.: Poupar uma quantia em 1 ano, sair do cheque especial em 3 meses)	4,35	2,233
4. Segue um orçamento ou plano de gastos semanal ou mensal	4,50	2,157
5. Fica mais de um mês sem fazer o balanço dos seus gastos	4,02	2,053
6. Está satisfeito com o sistema de controle de suas finanças	4,17	2,250
7. Paga suas contas sem atraso	4,71	2,218
8. Consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto à crédito (ex. juros embutidos)	4,51	2,187
9. Tem utilizado cartões de crédito ou crédito bancário automático (ex. cheque especial) por não possuir dinheiro disponível para as despesas	4,40	2,241
10. Ao comprar a prazo, você faz comparação entre as opções de créditos que tem disponível (ex. financiamento da loja x financiamento do cartão de crédito)	4,90	2,090
11. Mais de 10% da renda que você recebe no mês seguinte está comprometida com compras a crédito (exceto financiamento de imóvel e carro)	4,42	2,192
12. Paga integralmente a fatura do(s) seu(s) cartão(ões) de crédito a fim de evitar encargos financeiros (juros e multas)	4,58	2,299
13. Confere a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas	4,87	4,243
14. Poupa mensalmente	4,19	2,233
15. Poupa visando a compra de um produto mais caro (ex. carro, apartamento)	3,50	2,247
16. Possui uma reserva financeira que seja maior ou igual a 3 vezes a sua renda mensal, que possa ser usada em casos inesperados (ex. desemprego, doença)	4,10	2,265
17. Compara preços ao fazer uma compra	4,83	2,219
18. Analisa suas finanças com profundidade antes de fazer alguma grande compra	4,56	2,315

19. Compra por impulso	3,63	2,320
20. Prefere comprar um produto financiado a juntar dinheiro para compra-lo a vista	4,21	2,199

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 4, nota-se a média dos respondentes analisados sobre o comportamento financeiro, no que refere as questões, destaca-se as questões que aborda sobre gerenciamento do próprio dinheiro com média 5,78 e desvio padrão de 1,825 e a questão sobre controle dos próprios gastos com média de 5,45 e desvio padrão 1,897. Tais questões apresentando uma certa concordância.

Já nas questões 15 e 19, que abordam sobre o indivíduo poupar visando a compra de um produto com valor mais elevado e compra por impulso, pode-se observar média baixa de 3,5 e 3,63, com desvio padrão de 2,247 e 2,320, ou seja, há discordância dessas afirmações.

A escala de atitude financeira possui 10 questões do tipo Likert 7 pontos onde pode variar de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente), sendo que quanto mais o resultado alcançar os pontos 6 e 7, mais assertiva é a atitude financeira dos respondentes, o que não houve no presente estudo. O resultado referente ao construto da atitude financeira pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5: Estatística descritiva do construto ATITUDE FINANCEIRA.

Variáveis	Média	Desvio Padrão
1. É importante definir meta para o futuro.	5,34	1,875
2. Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	3,48	2,254
3. Poupar é impossível para nossa família.	3,83	2,184
4. Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, tendo-me a preocupar muito com a minha decisão.	4,23	2,152
5. Eu gosto de comprar coisas, porque isso me faz sentir bem.	3,76	2,166
6. É difícil construir um planejamento de gastos familiar.	3,75	2,313
7. Disponho-me a gastar dinheiro em coisas que são importantes para mim.	4,64	2,169
8. Eu acredito que a maneira como eu administro meu dinheiro vai afetar meu futuro,	4,22	2,310
9. Considero mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.	3,39	2,104
10. O dinheiro é feito para gastar.	4,00	2,206

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto a atitude financeira, na Tabela 5 nota-se que o público-alvo desta amostra dizem ser significativo definir metas para o futuro com média de 5,34 o que é enfatizado na questão posterior que diz sobre preocupação com o futuro, com média baixa de 3,48. Deste modo podemos compreender que os respondentes se preocupam com o futuro e admite que o dinheiro pode afetá-los.

Nos construtos em relação a consciência de preço e propensão à compra, pode-se observar na Tabela 6 possui resultados sobre a consciência de preço no ato da compra, cujo resultados são indiferentes. Já na Tabela 7 as médias baixas para as afirmativas, o que pode ser associado a certa discordância com relação predisposição a compra.

Tabela 6: Opinião em relação a sua atitude sobre CONSCIÊNCIA DE PREÇO.

Variáveis	Média	Desvio Padrão
1. Estou disposto a fazer um esforço extra para encontrar preços mais baixos.	4,67	2,127
2. Vou fazer compras em mais de uma loja para aproveitar preços baixos.	4,45	2,197
3. Eu sempre compraria em mais de uma loja para encontrar preços baixos	4,34	2,259
4. O dinheiro economizado por encontrar preços mais baixos é geralmente válido pelo tempo e esforço.	4,14	2,283
5. O tempo que leva para encontrar preços mais baixos é geralmente válido pelo tempo e esforço.	3,92	2,288

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 7: Opinião em relação a sua atitude sobre PROPENSÃO À COMPRA.

Variáveis	Média	Desvio Padrão
1. Se um produto está à venda, isso pode ser uma razão para comprar.	2,63	1,922
2. Quando compro uma marca que está à venda, sinto que estou fazendo bom negócio.	2,82	2,054
3. Eu tenho marcas favoritas, mas na maioria das vezes eu compro a marca que está à venda.	2,93	2,148
4. Estou mais propenso a comprar marcas que estão à venda.	2,64	1,953
5. Em comparação com a maioria das pessoas, estou mais propenso a comprar marcas que estão na moda.	2,41	1,896

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao comportamento financeiro se mostrou nível intermediário, como a escala pode variar entre 1 discordo totalmente a 7 concordo totalmente e que quanto maior a frequência nas afirmações, mais o indivíduo tem um comportamento financeiro adequado. Obteve-se uma média de 4,48, relacionando suas respostas a opção indiferente, sendo ponto 4 da escala.

Considerando que a escala do construto atitude financeira pode variar de 1 discordo totalmente a 7 concordo totalmente e que quanto mais o indivíduo não concordasse com as afirmações feitas, mais eficaz seria suas atitudes financeiras, acontece que os indivíduos apresentaram um nível intermediário de atitude financeira.

No construto em relação a consciência de preço constatou-se que os resultados são indiferentes, escala 4. Já na Tabela 7 com relação a propensão a compra as médias baixas para as afirmativas.

Conforme a categorização proposta por Potrich (2014), os respondentes mostraram um nível baixo como um todo, apresentando este um fator muito alarmante, pois o entendimento sobre de taxa de juros, valor do dinheiro no tempo e investimentos são imprescindíveis para tomada de decisões financeiras no dia a dia dos indivíduos.

Considerações Finais

A alfabetização financeira pode ser determinada como uma junção de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento. Tal junção se faz imprescindível para que indivíduos possam tomar medidas financeiras de forma mais perspicaz e atingir seu bem-estar financeiro (OCDE, 2011).

Os construtos analisados, juntamente com resultados obtidos nos mostra que a questão da pesquisa foi respondida, cuja qual é verificar qual o nível de alfabetização financeira dos servidores públicos estaduais, de uma cidade do Triângulo Mineiro. Diante disso, pode-se concluir que a amostra estudada evidencia um baixo nível de alfabetização financeira dos servidores pesquisados, entretanto, com relação ao comportamento financeiro, atitude financeira e a consciência de preço, o nível é um pouco aumentado, mesmo com conhecimento financeiro e propensão à compra mais baixo.

Na pesquisa houve diversas limitações, dentre elas a mais expressiva é a questão de que o estudo abrange questões de cunho financeiro, os respondentes podem ter omitido informações sobre sua vida financeira em si, restringindo a análise, outra questão é o fato de não se conhecer conjunto da amostra, também restringe a análise devido ao fato do cálculo amostral. Estudos posteriores podem aprimorar a pesquisa objetivando alcançar melhor compreensão dos elementos pertinentes da educação financeira.

Para pesquisas futuras sugere-se que a aplicação da pesquisa seja feita em diferentes cenários econômicos, uma vez que, ao longo dos últimos dois anos, o Brasil passou por uma crise econômica, com alta taxa de desemprego e um significativo aumento da inflação, devido a COVID-19, questão essa que pode afetar as decisões financeiras obtidas pelas pessoas, enviesando assim a pesquisa. Também os resultados obtidos na presente pesquisa não excluem a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

Referências

ALVES, J. A. Atribuições do gestor público. São João Del Rei, 2018.

ANDRADE, Jefferson Pereira; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DE GRUPOS ACADÊMICOS. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.

ASBRAAF. Associação Brasileira de Franqueados. **Percentual de famílias com dívidas aumentou pelo sétimo mês consecutivo em julho.** Disponível em: <<https://asbraf.com/estudosepesquisas/percentual-de-familias-com-dividas-aumentou-pelo-setimo-mes-consecutivo-em-julho/>>. Acesso: 25 ago. 2019.

BOGONI, N. M. et al. Alfabetização financeira de estudantes universitários a partir das dimensões atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 24, n. 50, 2018.

CARDOSO, D. A. O comportamento e atitude financeira em famílias de baixa renda. 2018.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Enap lança curso com Nathalia Arcuri, do Canal Me Poupe.** Disponível em: <<https://www.enap.gov.br/index.php/pt/noticias/enap-lanca-curso-com-nathalia-arcuri-do-canal-me-poupe>>.

EXPERIAN, Serasa. **2 milhões de mineiros inadimplentes têm dívidas até R\$ 500, revela Serasa Experian.** Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/2-milhoes-de-mineiros-inadimplentes-tem-dividas-de-ate-r-500-revela-serasa-experian>>. Acesso em 25 ago.2019.

GONÇALVES, Virgínia Nicolau; PONCHIO, Mateus Canniatti. Quem Pensa no Futuro Poupa Mais? O Papel Mediador do Conhecimento Financeiro na Relação entre Orientação para o

Futuro e Segurança Financeira Pessoal. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 4, p. 472-486, 2018.

NUNES, Aline Vieira de Lima; LINS, Samuel Lincoln Bezerra. Servidores públicos federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Paraíba, v. 9, n. 1, p. 51-67, 2009.

PACHECO, G. B. et al. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 3, p. 54-73, 2018.

SILVA, C. L. et al. Educação financeira e o comportamento do consumidor um estudo com jovens de Ituiutaba/MG. 2018.

SILVA, F. C. et al. Planejamento financeiro: uma análise do perfil de servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais. In: **5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade**. 2014.

SILVA, G. et al. Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279-298, 2017.

SILVA, M. A. et al. Habilidades matemáticas e o conhecimento financeiro no ensino médio. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, p. 147-269, 2018.

SILVA, M A. et al. As influências dos fatores demográficos e socioeconômicos no conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio: um estudo nas escolas públicas de Uberlândia-MG. In: **2º Congresso UFU de Contabilidade, Gestão e Agronegócio, Uberlândia**. 2017.

SILVA, M, L; SILVA, R, A. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do COVID 19: impactos e reflexões. **Observatório socioeconômico da COVID-19**. 2020.

SILVA, R. et al. Finanças pessoais e educação financeira: O perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 5, n. 10, 2017.